


DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta Parte é editada eletronicamente desde 3 de março de 2008



GOVERNADOR

Sérgio Cabral

VICE-GOVERNADOR

Luiz Fernando de Souza

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
Regis Fichtner

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Joaquim Vieira Ferreira Levy

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
Júlio César Carmo Bueno

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
Luiz Fernando de Souza

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
José Mariano Beltrame

SECRETARIA DE ESTADO
DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Cesar Rubens Monteiro de Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
Sérgio Luiz Côrtes da Silveira

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Tereza Cristina Porto Xavier

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Alexandre Aguiar Cardoso

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
Leonardo Piciani

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
Júlio Luiz Baptista Lopes

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos

SECRETARIA DE ESTADO
DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
Christino Áureo da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
Ronald Abrahão Azaro

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Adriana Scorzelli Rattes

SECRETARIA DE ESTADO
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
Benedita Souza da Silva Sampaio

SECRETARIA DE ESTADO
DE TURISMO, ESPORTE E LAZER
Marcia Beatriz Lins Izidoro

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Lucia Lea Guimarães Tavares

PORTAL DO CIDADÃO - GOVERNO DO ESTADO

www.governo.rj.gov.br

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo

Atos do Poder Executivo

Gabinete do Governador.....

Governadoria do Estado.....

Gabinete do Vice-Governador.....

ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)

Casa Civil.....

Governo.....

Planejamento e Gestão.....

Fazenda.....

Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços ..

Obras.....

Segurança

Administração Penitenciária

Saúde e Defesa Civil

Educação.....

Ciência e Tecnologia.....

Habitação

Transportes

Ambiente

Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento.....

Trabalho e Renda.....

Cultura

Assistência Social e Direitos Humanos

Turismo, Esporte e Lazer

Procuradoria Geral do Estado.....

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO

REPARTIÇÕES FEDERAIS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 42.062 DE 06 DE OUTUBRO DE 2009

ALTERA O DECRETO 41.628, DE 12 DE JANEIRO DE 2009, QUE ESTABELECEU A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, CRIADO PELA LEI Nº 5.101, DE 04 DE OUTUBRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-07/505432/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a estrutura organizacional do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente, estabelecida no Anexo II, do decreto nº 41628, de 12 de janeiro de 2009, passando a vigorar na forma do Anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Ficam transformados, sem aumento de despesa, os cargos em comissão relacionados no Anexo II, e na forma ali mencionada.

Art. 3º - Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2009 o prazo estabelecido no Art. 66, do decreto 41.628/09, para a aprovação do Regimento Interno

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a contar de 01.10.2009.

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2009

SÉRGIO CABRAL

ANEXO I a que se refere o Decreto nº 42.062, de 06/10/2009

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INEA

1 - ÓRGÃO COLEGIADO:

1.1- CONSELHO DIRETOR - CONDIR

2- ÓRGÃOS DE CONTROLE

1.1.1 - Procuradoria

1.1.2 - Corregedoria

1.1.3 - Auditoria

1.1.4 - Ouvidoria

3- ÓRGÃOS EXECUTIVOS:

3.1 - PRESIDÊNCIA

3.1.1 - Chefia de Gabinete

3.1.2 - Assessoria Técnica e Planejamento Estratégico

3.1.2.1 - Gerência de Projetos Especiais

3.1.3 - Assessoria de Planejamento e Gestão

3.1.4- Central de Atendimento

3.1.5 - Central de Controle Operacional

3.1.6 - Gerência de Comunicação

3.1.7 - Gerência de Normatização

3.2 - VICE- PRESIDÊNCIA

3.2.1 - Coordenadoria Técnica e Administrativa

3.2.1.1 - Serviço de Análise de Recursos de Multa

3.2.2 - Coordenadoria Geral de Fiscalização

3.2.3 - Superintendência Regional Baía Ilha Grande

3.2.3.1 - Assessoria Técnica Regional

2.2.3.1.1 - Serviço Informação e Monitoramento

3.2.3.1.2 - Serviço Licenciamento e Fiscalização

3.2.4 - Superintendência Regional Baía de Sepetiba

3.2.4.1 - Assessoria Técnica Regional

3.2.4.1.1 - Serviço de Informação e Monitoramento

3.2.4.1.2 - Serviço de Licenciamento e Fiscalização

3.2.5 - Superintendência Regional Médio Paraíba

3.2.5.1 - Assessoria Técnica Regional

3.2.5.1.1 - Serviço de Informação e Monitoramento

3.2.5.1.2 - Serviço de Licenciamento e Fiscalização

3.2.6 - Superintendência Regional Piabanha

3.2.6.1 - Assessoria Técnica Regional

3.2.6.1.1 - Serviço de Informação e Monitoramento

3.2.6.1.2 - Serviço de Licenciamento e Fiscalização

3.2.7- Superintendência Regional Baía Guanabara

3.2.7.1 - Assessoria Técnica Regional

3.2.7.1.1 - Serviço de Informação e Monitoramento

3.2.7.1.2 - Serviço de Licenciamento e Fiscalização

3.2.8 - Superintendência Regional Lagos de São João

3.2.8.1 - Assessoria Técnica Regional

3.2.8.1.1 - Serviço de Informação e Monitoramento

3.2.8.1.2 - Serviço de Licenciamento e Fiscalização

3.2.9 - Superintendência Regional de Dois Rios

3.2.9.1 - Assessoria Técnica Regional

3.2.9.1.1 - Serviço de Informação e Monitoramento

3.2.9.1.2 - Serviço de Licenciamento e Fiscalização

3.2.10 - Superintendência Regional Macaé

3.2.10.1 - Assessoria Técnica Regional

3.2.10.1.1 - Serviço de Informação e Monitoramento

3.2.10.1.2 - Serviço de Licenciamento e Fiscalização

3.2.11 - Superintendência Regional Baixo Paraíba

3.2.11.1 - Assessoria Técnica Regional

3.2.11.1.1 - Serviço de Informação e Monitoramento

3.2.11.1.2 - Serviço de Licenciamento e Fiscalização

3.2.11.1.3 - Serviço de Apoio ao Noroeste

3.2.11.1.4 - Serviço de Informação e Monitoramento do Noroeste

3.2.11.1.5 - Serviço de Licenciamento e Fiscalização do Noroeste

3.3 - DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

3.3.1 - Coordenadoria de Estudos Ambientais

3.3.2 - Coordenadoria de Licenciamento Ambiental

3.3.3 - Gerência de Licenciamento de Indústrias

3.3.3.1 - Serviço de Análise de Petróleo, Gás e Energia

3.3.3.2 - Serviços de Análise de Outras Indústrias de Transformação

3.3.4 - Gerência de Licenciamento de Atividades não Industriais

3.3.4.1 - Serviço de Análise de Atividades Extrativas

3.3.4.2 - Serviço de Análise de Atividades de Infra-Estrutura e Desenvol-

vimento Urbano

3.3.4.3 - Serviço de Análise de Campos Eletromagnéticos

3.3.5 - Gerência de Licenciamento de Saneamento e Resíduos

3.3.5.1 - Serviço de Análise de Atividades de Saneamento

3.3.5.2 - Serviço de Análise de Atividades de Resíduos Industriais e Ur-

banos

ANEXO II a que se refere o Decreto nº 42.062, de 06/10/2009

CARGOS A SEREM TRANSFORMADOS			CARGOS RESULTANTES DA TRANSFORMAÇÃO		
QTD	CARGO EM COMISSÃO	SÍMB.	QTD	CARGO EM COMISSÃO	SÍMB.
(a) 1	Chefe	DAS-8	5	Coordenador	DAS-8
(b) 17	Assessor I	DAS-8	2	Assessor Técnico	DAS-8
(c) 1	Assessor de Comunicação	DAS-7	1	Assessor Chefe (Assessoria de Planejamento e Gestão)	DAS-8
(d) 4	Coordenador	DAS-7	9	Assessor Técnico Regional	DAS-8
(e) 3	Chefe	DAS-7	11	Gerente	DAS-7

3.3.6 - Gerência de Risco Ambiental

3.3.6.1 - Serviço de Operação em Emergências Ambientais

3.3.6.2 - Serviço de Análise de Risco e Planos de Emergência

3.3.7- Gerência de Hidrologia, Hidráulica, Faixa Marginal de Proteção e Outorga

3.3.7.1 - Serviço de Demarcação de Faixa e Permissões de Uso

3.3.7.2 - Serviço de Outorga pelo Uso da Água

3.3.7.3 - Serviço de Hidrologia e Hidráulica

3.3.8 - Gerência de Licenciamento Agropecuário e Floresta

3.3.8.1 - Serviço de Análise Agropecuário e Assentamentos Rurais

3.3.8.2 - Serviço de Análise Florestal

3.3.9 - Gerência de Licenciamento de Atividades de Agrotóxicos, Vetores e Higienização

3.3.9.1 - Serviço de Controle da Comercialização e Uso de Agrotóxicos

3.3.9.2 - Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas

3.4 - DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL

3.4.1 - Gerência de Geoprocessamento e Estudos Ambientais

3.4.2 - Gerência de Avaliação de Qualidade das Águas

3.4.2.1 - Serviço de Avaliação de Qualidade de Corpos Hídricos

3.4.3 - Gerência de Qualidade do Ar

3.4.3.1 - Serviço de Monitoramento do Ar

3.4.3.2 - Serviço de Avaliação de Qualidade do Ar

3.4.3.2 - Serviço de Controle de Veículos

3.4.4 - Gerência de Informação e Acervo Técnico

3.4.4.1 - Serviço de Biblioteca e Acervo Técnico

3.4.5 - Gerência de Análises Laboratoriais

3.4.5.1 - Serviço de Controle de Qualidade

3.4.5.2 - Serviço de Análises Ecotoxicológicas

3.4.5.3 - Serviço de Análises Microbiológicas

3.4.5.4 - Serviço de Análises Biológicas

3.4.5.5 - Serviço de Análises Orgânicas

3.4.5.6 - Serviço de Análise de Metais

3.4.5.7 - Serviço de Análises Físico-Químicas

3.4.5.8 - Serviço de Agrotóxicos, Vetores e Pragas

3.4.6 - Gerência de Tecnologia da Informação

3.5 - DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS

3.5.1 - Coordenadoria de Projetos Especiais

3.5.1.1 - Núcleo de Regularização Fundiária

3.5.1.2 - Núcleo de Reserva Particular do Patrimônio Natural

3.5.1.3 - Núcleo de Controle de Compensação Ambiental

3.5.2 - Gerência de Serviço Florestal

3.5.2.1 - Serviço de Horto Florestal

3.5.2.2 - Serviço de Reflorestamento

3.5.2.3 - Serviço do Banco de Sementes Florestais

3.5.3 - Gerência de Unidades de Conservação de Uso Sustentável

3.5.3.1 - Centro de Primatologia

3.5.3.2 - Serviço de Ecologia Aplicada

3.5.3.3 - Serviço de Diálogo Social

3.5.4 - Gerência de Unidades de Conservação de Proteção Integral

3.5.4.1 - Serviço de Guarda Parques

3.5.4.2 - Serviço de Planejamento e Pesquisa Científica

3.5.4.3 - Unidades de Conservação

3.6 - DIRETORIA DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DO TERRITÓRIO

3.6.1 - Gerência de Apoio à Gestão das Águas

3.6.1.1 - Serviço de Apoio a Colegiados

3.6.1.2 - Serviço de Apoio Administrativo aos Comitês

3.6.2 - Gerência de Apoio à Gestão Ambiental Municipal

3.6.2.1 - Serviço de Fortalecimento da Gestão Municipal

3.6.2.2 - Serviço de Descentralização do Licenciamento Ambiental

3.6.3 - Gerência de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

3.6.3.1 - Serviço de Planejamento e Informação das Águas

3.6.3.2- Serviço de Cobrança pelo Uso da Água

3.6.4 - Gerência de Instrumentos de Gestão do Território

3.6.4 .1 - Serviço de Análise Espacial

3.6.4.2 - Serviço de Gerenciamento Costeiro

3.6.5 - Gerência de Educação Ambiental

3.6.5.1 - Serviço de Educação Ambiental

3.7 - DIRETORIA DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

3.7.1 - Assessoria Técnica de Projetos Especiais

3.7.1.1 - Núcleo de Assessoramento Ambiental

3.7.2 - Gerência de Projetos

3.7.2.1 - Serviço de Orçamento

3.7.2.2 - Serviço de Análise de Projetos

3.7.3 - Gerencia de Planejamento e Gestão

3.7.3.1 - Serviço Administrativo

3.7.3.2 - Serviço de Acompanhamento de Contratos

3.7.4 - Gerência de Obras

3.7.4.1 - Serviço de Equipamentos

3.7.4.2 - Serviço de Fiscalização de Obras

3.8 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.8.1 - Assessoria de Administração e Finanças

3.8.1.1 - Serviço Operacional Administrativo

3.8.1.2 - Serviço Operacional Administrativo

3.8.1.3 - Núcleo de Apoio a Licitação

3.8.2 - Gerência de Serviços Gerais

3.8.2.1 - Serviço de Controle Predial

3.8.2.2 - Serviço de Arquivo e Protocolo

3.8.2.3 - Serviço de Controle de Frota

3.8.2.4 - Serviço de Contratos

3.8.3 - Gerência Financeira

3.8.3.1 - Serviço de Contabilidade

3.8.3.2 - Serviço de Empenho e Liquidação

3.8.3.3 - Serviço de Tesouraria

3.8.4 - Gerência de Gestão de Pessoas

3.8.4.1 - Serviço de Controle de Folha de Pagamento

3.8.4.2 - Serviço Operacional de Folha de Pagamento

3.8.4.3 - Serviço de Desenvolvimento de Pessoas

3.8.4.4 - Serviço de Cadastro e Benefícios

3.8.5 - Gerência de Material e Patrimônio

3.8.5.1 - Serviço de Almoxarifado

3.8.5.2 - Serviço de Patrimônio

3.8.5.3 - Serviço de Compras

3.8.6 - Gerência de Administração de Unidades Descentralizadas

3.8.6.1 - Serviço Operacional das Unidades Descentralizadas

(f)36	Assessor II	DAS-6	42	Chefe de Serviço	DAI-6
(g) 2	Chefe de Horto Florestal	DAI-6	4	Chefe de Núcleo	DAI-6
(h)4	Chefe de Serviço	DAI-6	5	Adjunto I	DAI-4
(i) 9	Assessor III	DAI-5	57	Adjunto II	DAI-2

Últimos Ocupantes	Matrícula
a) AUREO GONÇALVES LIXA	390017-2
b) DYRTON BELLAS DA SILVA	27/1084-2
LUCIA BARBOSA RODRIGUES RIBEIRO	27/0085-0
CLAUDIA APARECIDA CAPORALI BRAGA	390037-0
DIONÉ MARIA MARINHO DE CASTRO	27/1044-6
DANIELA CASAES PIRES E ALBUQUERQUE	390197-2
MIRIAM FONTELLE	390233-5
ILTON DOS SANTOS LUIZ	390256-6
JULIO CÉSAR BENTO DE CARVALHO	390558-5
SÉRGIO ALVES	390246-7
MÁRCIA ARAÚJO DE PINHO	27/1655-9
MARCELO BRAGA VIDINHA	390020-6
JORGE LUIZ DE RESENE PEREIRA	360805-6
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS	360820-5
LEAO	
SIDNEI DA COSTA MACHADO	27/1205-3
SOLANGE MARIA DE FREITAS BEZERRA	390253-3
Vaga do Decreto nº 41.628, de 12/01/2009	
c) CAMERINO ELOY SEPÚLVEDA NETO	390165-9
d)CARLOS ALBERTO FONTELES DE SOUZA	27/1544-5
POLITA DE PAIVA GONÇALVES	390267-3
MARIA THEREZA DE ASSUMPCÃO PEREIRA	390065-1
TERESA CRISTINA DE OLIVEIRA NUNES	390154-3
e) FÁTIMA DE LOURDES CASARIN	390080-0
ILMA DE FÁRIA CONDE PEREZ	3627220-1
THEA MARIA MARTINS	
f) AIRTON ALVES DOS SANTOS	390275-6
GILMAR DA SILVA LECKAR	390012-3
LEANDRO CLAUDINO MENDES	390186-5
RENATA TAVARES VIEIRA	390271-5
CLAUDIA ARAÚJO DE ALMEIDA	27/1359-8
FABIANO DE SOUSA MARQUES	390079-2
RICARDO AUGUSTO DE ALMEIDA VOIVODIC	390157-6
ORIVALDO CANAVARROS	27/0500-8
RELIDIANA AMANCIO DA SILVA	390083-4
ALZIRA DOS SANTOS AMARAL GOMES DA SILVA	27/1349-9
CLAUDIA SEMIS VITORIO GOMES	27/1539-5
HENRIQUE NORONHA FIGUEIREDO DE BRITO	390377-0
JOSÉ LUIZ PIRES	27/1045-3
JUSSARA RIBEIRO NOGUEIRA	27/0811-9
LUIZ ANDRÉ JOIA	3627323-3
MARCOS ANDRÉ JOSEPHINO DA SILVA VIEIRA	390152-7
MARLENE MENDLOWICZ	27/1494-3
MAURICIO COUTO CESAR JUNIOR	27/1348-1
MARIA ISABEL DE CARVALHO	27/1357-2
PAULINA MARIA PORTO SILVA CAVALCANTI	27/1943-9
REGINA COELI PEREIRA NEVES	390236-8
CARMEM HELENA FERREIRA LEITE	390519-7
CRISTINA RENANN DA SILVA OLIVEIRA	390179-0
DEBORA SANTOS GONÇALVES BENTO	390520-5
LUIZA MARCIELLE DE SOUZA OLIVEIRA	390178-2
MARIA DA PENHA NEVES	390059-4
WALTER MARTINS CAMARA JUNIOR	390273-1
ROBERTO PINTO	3627108-8
RICARDO ESTEVES MAGALHAES	0180-0
ANDRE LUIS DOS SANTOS BARBOSA	27/0731-9
ANA LUCIA AGUIAR CAVALLIERI	3627453-8
ANSELMO FEDERICO NETO	27/1040-4
SHEILA DE MOURA NOVAS SIMABUGURO	3627105-4
LUIZA MUCCILLO BICA DE BARCELLOS	390198-0
ROBERTA GUAGLIARDI PACHECO	390235-0
MARILENE CAETANO SOBRAL	0139-6
g) LUCIO HERON PEREIRA DA COSTA	390562-7
ZULEIKA MARIA MOREIRA	390221-0
h) ROBERTO ABDALA RUIR	390296-2
VALERIA MOUTINHO FERREIRA	390185-7
FERNANDO ANTONIO DE MENEZES DE ARAUJO	360424-6
MARLIA GRASIELA OLIVEIRA DA SILVA	390547-8
i) SANDRA SERAFIM DOS ANJOS	27/0972-9
MÁRCIO NEVES DO VALLE	390182-4
FELIPE COELHO MULIM	390057-8
ELISA SCHWERIN SECCO	390094-1
HUDSON HARCA DA SILVA	390011-5
EDMILSON JUSTINO	390042-0
RICARDO JOSÉ FERREIRA	390247-5
PAULO ROBERTO COSTA BARBOSA	390043-8
THAIS SOARES BARBIERI	390128-7

Id: 851344

DECRETO Nº 42.063 DE 06 DE OUTUBRO DE 2009

REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, SIMPLIFICADO E DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta dos Processos nºs E-01/90121/2009 e E-01/53.472/2009, e

CONSIDERANDO a necessidade de atender e dar efetividade aos artigos 170, IX e 179 da Constituição Federal, bem como aos artigos 42, 43, 44, 45, 47, 48 e 49 do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e com vistas ao fomento e desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro,

DECRETA:

Art. 1º - Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando:

I - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II - a ampliação da eficiência das políticas públicas voltadas para as microempresas e empresas de pequeno porte; e

III - o incentivo à inovação tecnológica.

§ 1º - Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado.

§ 2º - Para fins do disposto neste Decreto será utilizada a expressão pequena empresa para se referir às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Art. 2º - Para fins do disposto neste Decreto o enquadramento como pequena empresa dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, devendo ser exigida de tais empresas a declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresas de pequeno porte, estando aptas a usufruir do

tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo Único - A declaração mencionada pelo *caput* deste artigo deverá ser entregue pela empresa interessada no momento de seu cadastramento junto ao Cadastro de Fomecedores ou no momento da apresentação de documentação ou de acordo com o estabelecido pelo instrumento convocatório.

Art. 3º - Para a ampliação da participação das pequenas empresas nas licitações, os órgãos ou entidades contratantes deverão, sempre que possível:

I - adequar o cadastro de fornecedores para identificar as pequenas empresas sediadas regionalmente, com as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar as subcontratações e a formação de parcerias;

II - estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações; e

III - padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados, de modo a orientar as pequenas empresas para que adequem os seus processos produtivos.

Art. 4º - A comprovação de regularidade fiscal das pequenas empresas somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

§ 1º - Na fase de habilitação deverá ser apresentada pela empresa e conferida pela Administração Pública toda a documentação estabelecida como necessária pelo instrumento convocatório, e, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º - A declaração do vencedor de que trata o § 1º deste artigo acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso do pregão, conforme estabelece o art. 4º, inciso XV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no caso das demais modalidades de licitação, no momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

§ 3º - A prorrogação do prazo previsto no § 1º deste artigo deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, exceto quando exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para a emissão da Nota de Empenho, devidamente justificados.

§ 4º - A não regularização da documentação no prazo previsto no § 1º deste artigo implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

§ 5º - O disposto pelo § 4º deste artigo deverá constar do documento convocatório da licitação.

§ 6º - Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para locação de materiais não será exigida da pequena empresa a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

Art. 5º - Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as pequenas empresas.

§ 1º - Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas pequenas empresas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

§ 2º - Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido pelo § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço.

§ 3º - A preferência de que trata este artigo será concedida da seguinte forma:

I - a pequena empresa melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor;

II - não ocorrendo a contratação da pequena empresa, na forma do inciso I deste parágrafo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas pequenas empresas que se encontrem na situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 4º - Não se aplica o sorteio disposto no inciso III do § 3º deste artigo quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

§ 5º - O disposto neste artigo somente se aplicará quando a menor oferta inicial não tiver sido apresentada por pequena empresa.

§ 6º - Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos incisos I, II e III do § 3º deste artigo, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 7º - No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a pequena empresa melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos, por item em situação de empate, após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

§ 8º - Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá ser estabelecido pelo órgão ou entidade licitante e estar expressamente previsto pelo instrumento convocatório.

Art. 6º - Nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), os órgãos e entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de pequenas empresas.

§ 1º - No caso de não acudirem interessados à licitação realizada nos termos do *caput* deste artigo, o procedimento licitatório deverá ser refeito, podendo dele participar as empresas de outros portes.

§ 2º - Não se aplica o disposto neste artigo quando ocorrerem as situações previstas no art. 9º, devidamente justificadas.

Art. 7º - Nas licitações para fornecimento de bens, serviços e obras, os órgãos e entidades contratantes poderão estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de pequena empresa, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30%

(trinta por cento) do total licitado, sob pena de desclassificação, determinando que:

I - as pequenas empresas a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

II - no momento da habilitação deverá ser apresentada a documentação da regularidade fiscal e trabalhista das pequenas empresas subcontratadas, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão, aplicando-se-lhes o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º;

III - a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

IV - a empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

§ 1º - Deverá constar ainda do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for, alternativamente:

I - pequena empresa;

II - consórcio composto em sua totalidade por pequenas empresas, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; ou

III - consórcio composto parcialmente por pequenas empresas com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

§ 2º - Não será admitida a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

§ 3º - O disposto no inciso II do *caput* deste artigo deverá ser comprovado no momento da aceitação, quando a modalidade de licitação for pregão, ou no momento da habilitação nas demais modalidades.

§ 4º - Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, o que deverá ser devidamente justificado no processo administrativo referente à licitação.

§ 5º - Será vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§ 6º - Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às pequenas empresas.

Art. 8º - Nas licitações para fornecimento de bens, serviços e obras de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, os órgãos e entidades contratantes poderão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto contratual para a contratação de pequenas empresas.

§ 1º - O disposto neste artigo não impede a contratação das pequenas empresas na totalidade do objeto.

§ 2º - O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§ 3º - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

§ 4º - Admitir-se-á a divisão da cota reservada em múltiplas cotas, objetivando-se a ampliação da competitividade, e observando-se que a soma do percentual de cada cota em relação ao total do objeto não poderá ultrapassar a 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 9º - Não se aplica o disposto nos arts. 6º ao 8º nas seguintes hipóteses, alternativamente:

I - quando não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como pequenas empresas sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - quando o tratamento diferenciado e simplificado para as pequenas empresas não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

IV - aos tipos de licitação de melhor técnica, técnica e preço e maior lance; ou

V - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar os objetivos previstos pelo art. 1º deste Decreto, o que deverá ser devidamente justificado no processo administrativo referente à licitação.

Parágrafo Único - Para o disposto no inciso II deste artigo, considerar-se-á não vantajosa a contratação quando resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

Art. 10 - O valor licitado por meio do disposto nos arts. 6º a 8º deste Decreto não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado pelo mesmo órgão ou entidade em cada ano civil.

Art. 11 - As contratações diretas com base nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão ser preferencialmente realizadas com as pequenas empresas situadas no Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único - Os órgãos e entidades contratantes poderão, nas contratações diretas fundamentadas nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, realizar cotação de preços exclusivamente em favor de pequenas empresas, desde que demonstrando-se vantajosa a contratação.

Art. 12 - Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as pequenas empresas deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

Art. 13 - Caberá à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão expedir normas complementares para o cumprimento deste Decreto.

Art. 14 - Este decreto entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a alínea “a” do inciso III do art. 2º do Decreto nº 16.671, de 28 de junho de 1991, o Decreto nº 16.672, de 28 de junho de 1991, o Decreto nº 18.037, de 18 de novembro de 1992, e o Decreto nº 31.723, de 23 de agosto de 2002.

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2009

SÉRGIO CABRAL

Id: 851311



IMPRENSA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

Empresa Pública

Haroldo Zager Faria Tinoco

DIRETOR-PRESIDENTE

Jorge Narciso Peres

DIRETOR-INDUSTRIAL

Renato de Oliveira Freitas

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhadas à **Assessoria para Preparo e Publicação dos Atos Oficiais** - à Rua Pinheiro Machado s/nº - (Palácio Guanabara – Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22 231-901 - Tels.: (0xx21) 2334-3242, e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: **Atendimento das 09:00 às 17:00 horas**

RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24

NITERÓI - Rua Visc. de Sepetiba, 519

- Edifício Garagem Menezes Cortes, Térreo, Centro, Niterói. RJ.

Tels.: (0xx21) 2332-6548, 2332-6550 e Fax: 2332-6549

Tels.: (0xx21) 2717-6611 e 2717-4141 R 124

PREÇO PARA

cm/col.....

R\$ 132,00

PUBLICAÇÃO

cm/col. para Municipalidades.....

R\$ 92,40

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL **R\$ 284,00**

ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS **R\$ 199,00 (*)**

ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) **R\$ 199,00 (*)**

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal) **R\$ 199,00 (*)**

(*) **SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.**

OBS.: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas somente poderão ser efetuadas em nossas Agências e nas Agências credenciadas do Banco ITAÚ. Cópias de exemplares avulsos atrasados poderão ser adquiridas à Rua Marquês de Olinda nº 29, Centro - Niterói, RJ. **ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas de D.O.**

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Marquês de Olinda 29, Centro - Niterói, RJ. CEP 24030-170. Tel.: (0xx21) 2717-4141 PABX - Fax (0xx21) 2717-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h